

DAS RAZÕES LITERÁRIAS E SOCIAIS AS QUAIS ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS, FOI INVISIBILIZADA

Luciano Santos Xavier¹
Paulo André de Carvalho Correia²

RESUMO: Maria Firmina dos Reis, mulher, negra e de classe pobre, emerge no campo literário do século XIX, desafiando os padrões ditados pela classe dominante, lançando-se como a primeira mulher afro-brasileira a falar do negro na literatura. Tendo em vista esses aspectos literários e sociais, bem como a condição sociocultural de Maria Firmina dos Reis, o presente trabalho tem por objetivo analisar as motivações que tornaram Úrsula, de Maria Firmina dos Reis invisibilizada e maldita pela crítica literária do período, considerando a proposta antiescravista instituída em sua narrativa, do mesmo modo que o seu lugar de fala frente aos contextos e discursos patriarcais e racistas do período.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura afro-brasileira. Discurso literário. Autoria Feminina.

Introdução

Historicamente, as mulheres sofreram inúmeras repressões e privações, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Negligenciadas pelo sistema patriarcal da sociedade, elas se posicionaram fortemente na luta pela igualdade entre os gêneros, um desafio que permeou a história da humanidade. Nas diversas esferas sociais as mulheres buscaram a ruptura dos paradigmas de gênero, lançando-se nos espaços que até então eram restritos aos e pelos homens. Na literatura não foi diferente, muitas autoras tiveram seus escritos publicados com pseudônimos, e uma grande parcela nem teve oportunidade de disseminação dos seus escritos.

A produção do conhecimento acadêmico/privilegiado na sociedade sempre foi direcionada a uma hegemonia masculina; às mulheres comumente eram privadas de inserir-se nesse espaço de circulação do poder. No entanto muitas dessas mulheres desafiavam esse sistema genérico e excludente, imergindo-se, mesmo que “clandestinamente” na produção e difusão do conhecimento.

¹ Graduando em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, *Campus IV*, Jacobina-BA e membro do grupo de pesquisa em Linguagem, Estudos Culturais e Formação do Leitor (LEFOR).

² Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela UEFS. Professor de Literatura Brasileira e Portuguesa na UNEB.

Nessa perspectiva, em uma época em que as mulheres eram privadas de realizar diversas atividades, devido ao preconceito e ao patriarcalismo, Maria Firmina dos Reis lança-se como a primeira autora negra brasileira a abordar a temática antiescravista em sua obra. Sua narrativa transmite o tema da escravidão a partir do olhar do outro, sendo o outro, o escravizado.

1 Maria Firmina dos Reis e sua obra, *Úrsula*, no século XIX

Maria Firmina dos Reis, maranhense, filha de Leonor Felipe dos Reis e João Pedro Esteves, nasceu em 11 de outubro de 1825, na ilha de São Luís, no Maranhão. Foi aprovada no Concurso Estadual para ser professora da Educação primária em Vila de Guimarães, em 1847.

No ano de 1859, Maria Firmina publica *Úrsula* — obra que será aqui analisada, segundo o discurso construído e os contextos temporais e socioculturais nos quais a autora estava inserida, os quais marcam um sistema de exclusão das mulheres nos espaços de legitimação do saber da sociedade, gerado pelas premissas patriarcais.

Logo no prólogo, Maria Firmina impacta o leitor ao dizer que pouco vale o “mesquinho e humilde livro” que ela escreveu; essa afirmação se torna tão marcante que a autora nem põe seu nome na obra, identifica-se somente como “Uma Maranhense”. Nas entrelinhas dessa declaração é perceptível a condição social com a qual a autora se manifesta, uma vez que ela estabelece, por meio desta, o seu lugar de fala, marcado pela segregação racial e de classe da sociedade em vigor.

A educação destinada às mulheres ainda era dificultada pelo caráter hegemônico e patriarcal e chegava a ser ainda pior para uma mulher negra, alvo constante da marginalização, tanto pelo seu gênero quanto pela sua cor. Maria Firmina afirma essa problemática quando fala da sua educação e evidencia a desigualdade no processo educacional entre homens e mulheres, como fica claro na citação a seguir: “sei que pouco vale este romance, porque escrito por mulher brasileira, e educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem”. (REIS, 2009, p. 13).

Sabendo o seu lugar social de fala — mais aproximado da pobreza e da segregação social, Maria Firmina dos Reis tem a coragem de levantar a sua voz e projetar-se no campo literário da época, construindo um discurso contra a escravidão, a opressão e a discriminação racial e de gênero no Brasil, de modo a buscar uma saída para o silêncio social sofrido pelas

mulheres do século passado. Para Gayatri Chakravoty Spivak (2010, p. 66), “a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nessa acusação”.

Diante dessa citação de Spivak (2010), é compreensível a angústia da Maria Firmina com relação a sua produção literária, frente a sua condição social e contexto opressor do século XIX. É importante destacar também que o “presságio” de Maria Firmina, com relação a essa possível não aceitação da obra, dirige-se evidentemente à crítica literária do período, visto que a autora premeditava (segundo o discurso do prólogo) que sua produção literária não seria negada pela elaboração textual, mas pelo lugar e contexto social em que ela vivia.

Os espaços de poder e de difusão do conhecimento nesse período eram ainda restritos ao público do sexo masculino, por sinal, branco e de classe social elevada. Apesar de haver algumas mulheres que compunham a elite brasileira da época, esses espaços de publicação eram destinados estritamente aos homens intelectuais, restando às mulheres apenas a educação doméstica e religiosa, pautada em um discurso que buscava legitimar a mulher como figura da submissão e da procriação.

Saffioti (1979, p. 104) assinala bem essa questão, ao afirmar que:

O ambiente da cidade propiciava mais contactos sociais nas festas, nas igrejas, nos teatros. A família patriarcal perdia sua dimensão rígida, permitindo à mulher desenvolver certo desembaraço de atitudes. Todavia, não se cuidava de sua instrução; apenas se acrescentava ao ideal de educação doméstica o cultivo da conversação, que permitiria à mulher ser agradável nas reuniões.

É evidente nesse trecho, como era construído o papel da mulher na sociedade. Vale ressaltar que, mesmo doméstica, essa educação era destinada somente às mulheres brancas e que faziam parte do círculo social de poder da sociedade. Maria Firmina dos Reis escreve a obra *Úrsula* (1859) num momento em que a escravidão ainda estava em vigor. Observa-se a situação da autora ao exercer a sua escrita nesse período, posto que, se a educação das letras e os espaços de publicação eram restritos aos homens, brancos e de boa situação econômica, imaginemos como era difícil uma mulher negra, pobre e de “educação acanhada” publicar nesses espaços de poder.

Maria Firmina dos Reis publica o seu romance, *Úrsula*, em 1859, utilizando como identificação somente a expressão “Uma Maranhense”. A crítica literária da época despeja inúmeros comentários infortunosos sobre a produção da autora. Eduardo de Assis Duarte

nos lembra desse embaraçoso silenciamento da crítica, no que tange à produção literária de Firmina. Segundo ele:

[...] a ausência do nome, aliada a indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina, juntam-se [...] ao tratamento absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro. O resultado é que uma cortina espessa de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. Sílvia Romero e José Veríssimo a ignoram. E muitos dentre o expoente da nossa historiografia literária canônica fazem o mesmo, à exceção de Sacramento Blake e Raimundo de Menezes. (DUARTE, 2009, p. 265).

É somente em 1975 que a obra passa a ser amplamente divulgada ao público e levada ao conhecimento dos estudiosos, “a partir da edição fac-similar preparada por Horácio de Almeida” (Duarte, 2009, p. 265). A priori, compreende-se, então, que obra não ganhou a notoriedade merecida devido aos contextos sociais nos quais essa estava inserida, e o motivo maior que levou a autora à tal afirmação é o fato dela ser mulher e negra, vivendo na sociedade do século XIX, patriarcal e racista, em que as mulheres eram silenciadas nas participações sociais dos espaços de poder, e, no caso de uma mulher negra, esta era ainda mais restrita de manifestar-se autonomamente.

No próximo tópico, abordaremos mais a fundo os elementos da narrativa da obra e as possíveis representações na sua composição que instauram o discurso antiescravista da autora.

2 A narrativa construída em *Úrsula*.

Úrsula, conta a história do romance entre a jovem Úrsula e o bacharel, Tancredo, sob um caráter marcante e permeado por desencontros e triângulos amorosos. A autora produz um discurso que ultrapassa o caráter estético, e assim prostra-se à conjuntura política do período, em que a escravidão ainda estava em vigência. Firmina se atém a proposta antiescravista, na medida em que ela não propõe abolição da escravidão, mas a mostra como um processo injusto e desigual pautado na humanização do negro.

Ao narrar a relação senhor-escravo entre o Comendador e o cativo Antero, Maria Firmina dos Reis faz diversas denúncias no que diz respeito à exploração dos escravos no processo escravocrata, uma vez que o personagem, Comendador, que representa os senhores de escravos, “derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, [...] ele via-os expirar debaixo dos acoites mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza”. (REIS, 2009, p. 118).

Nesse trecho, fica evidente o fenômeno humanizador do negro na narrativa de Firmina, posto que é por meio da denúncia dos maus tratos contra o povo negro escravizado que a autora estabelece o seu discurso antiescravista.

A autora ainda apresenta em seu texto um outro tipo de relação senhor-escravo, a saber a de Luísa (mãe de Úrsula) com Túlio e mãe Susana, fundando um convívio harmonioso e tranquilo entre ambos; ao contrário dos tratamentos do comendador para com Antero e com os demais escravos da sua fazenda, pautados na violência, no castigo e, quiçá, a morte.

Maria Firmina sensibiliza o leitor elaborando uma concepção de liberdade que não é autêntica, mesmo abolindo a escravatura, visto que a liberdade aconteceu, de fato, antes dela [escravidão] começar. A autora coloca em questionamento/reflexão o real sentido da liberdade, uma vez que Túlio, ao ser alforriado, diz ser livre. Porém, é por meio da narrativa de Mãe Susana (escrava da decadente fazenda de Luísa), que Firmina rememora a liberdade do povo negro na África antes da escravização, e tenta instaurar, assim, uma sensibilização do leitor.

Liberdade! Liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade! — continuou Susana com amargura — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres com sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: — uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...] Meteram-me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos [...]. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas [...]. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos. [...] A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. (Reis, 2009, p. 115-117, grifo da autora).

Nessa fala de mãe Susana, a liberdade configurada no ato da alforria, ditado por Túlio, não tem o mesmo sentido que a liberdade genuína a qual ela viveu nas terras africanas.

Nesse fragmento, é evidentemente apresentado o modo de vida e as relações sociais dos africanos, tanto quanto o processo cruel e bárbaro em que foram submetidos os negros escravizados.

A escrava relata suas memórias de modo que fica bastante claro o processo violento e desumano em que os africanos foram sujeitos pelos caçadores de escravos. O trecho supracitado demonstra que os escravizados foram privados de viver suas vidas, de maneira que os colonizadores desconsideraram a organização social e política do seu africano, bem como as suas culturas e vivências que foram roubadas juntamente com a sua liberdade.

Por meio desse trecho da obra, Maria Firmina Reis estabelece um caráter sensibilizador no público leitor a respeito da desumanidade sofrida pelos negros escravizados. De acordo com Duarte (2009, p. 273-274), nessas recordações de mãe Susana:

sobressai de imediato a postura do sujeito da rememoração, na qual o *eu individual* deságua num *nós* coletivo. É o discurso do *outro* fazendo ouvir pela primeira vez na literatura brasileira a voz dos escravizados. Voz política que denuncia, em plena vigência do espírito das luzes, o conquistador europeu como *bárbaro*, invertendo de forma inédita a acusação racista.

É nesse espaço de restrições entre o patriarcalismo e o racismo escancarado que Maria Firmina dos Reis emerge como a primeira mulher afro-brasileira no âmbito literário, e que, logo de início, confronta a sociedade branca e escravocrata da época, pondo em execução um discurso que afronta diretamente os feitos obscuros da escravidão, assim como dos seus simpatizantes.

Ainda segundo Duarte (2009, p. 277-278):

Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis desconstrói igualmente uma história literária etnocêntrica e masculina até mesmo em suas ramificações afrodescendentes [...] Texto fundador, *Úrsula* polemiza com a tese segundo a qual nos falta um ‘romance negro’, pois apesar de centrado nas vicissitudes da heroína branca, pela primeira vez em nossa literatura, tem-se uma narrativa da escravidão conduzida por ponto de vista interno e por uma perspectiva afrodescendente.

Inúmeros autores da época eram contra o sistema escravocrata e escreviam diversos textos sobre a escravidão, mas a maioria desses escritores eram brancos e de classe social privilegiada, o que não tenciona o olhar do outro [escravizado] em como se dá/deu o processor escravocrata. O que torna a obra de Maria Firmina dos Reis um marco na literatura é justamente o fato de uma autora negra colocar em evidência o discurso do escravizado sobre si frente a escravidão.

Spivak (2010, p. 85) ressalta: “Pode o subalterno falar? [...] A questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras”. Apreende-se, então, a complexa situação social de Maria Firmina ao confrontar os letrados da época com sua escrita antiescravista, pois mesmo sendo mulher, negra e de classe social baixa, a autora não se intimida ao escrever sobre as barbaridades da escravidão.

No primeiro capítulo, intitulado *Duas almas generosas*, ao apresentar o jovem escravo Túlio como esse ser benevolente, preocupado com a alteridade (pois o respectivo cativo salvou Tancredo e lhe deu os devidos cuidados, após um acidente sofrido com o jovem bacharel) — mesmo sendo uma alteridade que oprime o povo negro —, Maria Firmina estabelece as características humanitárias do jovem escravizado. Diante desse relacionamento amistoso entre Túlio e Tancredo, a autora traz em seu romance uma perspectiva antiescravista diferente de todas as outras que foram apresentadas na época, buscando por meio da sensibilização da humanidade dos escravizados, convencer o público leitor, principalmente os simpatizantes do sistema escravocrata, sobre o grande erro que era a escravidão.

A literatura foi uma forma em que a Maria Firmina encontrou de manifestar o seu ponto de vista diante do sistema escravocrata. Essa é uma característica peculiar da literatura, uma vez que, segundo Cândido (1995), a literatura possui a capacidade de dar forma aos sentimentos e a visão de mundo, visto que ela nos organiza, nos liberta do caos e nos humaniza.

3 O discurso antiescravista de Maria Firmina dos Reis

É perceptível que Maria Firmina dos Reis utiliza-se da literatura para cumprir um papel emblemático nos discursos literários antiescravista no século XIX. A autora pensou a frente do seu tempo, com aspectos políticos e ideológicos que visavam a condenação do sistema escravocrata, abordando em sua narrativa todo o discurso daqueles que não tinham poder de voz na sociedade, expondo as torturas e a exploração do trabalho, as condições decadentes de moradia, alimentação e as humilhações as quais as pessoas escravizadas eram submetidas.

Para fortalecer ainda mais o seu discurso antiescravista, Maria Firmina utiliza-se da narrativa na perspectiva dos princípios cristãos, visando que sua obra fosse difundida e absorvida com mais facilidade pelo público leitor branco e religioso da época. Vale lembrar

que a Igreja Católica também obtinha vantagens da escravidão, e Duarte (2009, p. 270) destaca muito bem essa questão:

Trata-se de condenar a escravidão enquanto instituição. E a autora o faz partir do próprio discurso religioso oriundo da hegemonia branca, que afirma todos serem irmãos independentemente da cor da pele! Se pensarmos em termos do longínquo ano de 1859 e da longínqua província do Maranhão, podemos aquilatar o quanto tal postura tem de avançado, num contexto em que Igreja Católica respaldava o sistema escravista.

Assim, a autora coloca sua narrativa no ideário dos cristãos que acreditavam que todos eram iguais perante os olhos de Deus, independentemente da cor da pele, para então, por meio da fé dos leitores, legitimar que a escravidão conduzia um povo inocente ao sofrimento.

A relação de empatia entre Túlio e Tancredo, a qual constitui uma equidade de dignidade e humanidade entre ambos, vai de encontro às teorias raciais científicas vigentes no século XIX, uma vez que essas estabeleciam uma hierarquia de raça, na qual a branca estava no topo e a negra submissa. Para tanto, a autora rompe com os ideais dessas teorias em sua narrativa, pois provoca no leitor uma simbólica comparação moral entre os dois personagens, estando ambos em níveis iguais da moralidade/dignidade humana.

Nas palavras de Barbosa (2016, p. 263):

O saber sobre as raças acabou por se tornar um ideal político, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, “a eugenia”, cuja meta era intervir na reprodução das populações.

O “Darwinismo Social” foi utilizado no século XIX como justificativa de dominação dos povos, pelos colonizadores. Os cientificistas da época utilizaram, também, dessa teoria para estabelecer uma hierarquia de raças, a qual, segundo essa teoria — pautada no evolucionismo — havia uma necessidade de civilizar as raças consideradas inferiores, pois segundo eles existia uma “ordem natural” na sociedade, em que, na cadeia hierárquica, a “missão civilizadora” devia ser posta em prática.

Junto com as ideias de um “falso evolucionismo” que, somado ao conceito moderno de História entendido como processo, colocaram as diversas sociedades numa escalada ao progresso, as teorias raciais informavam que as nações que estavam na frente nessa caminhada — entenda-se França e Inglaterra, essencialmente — ali se encontravam porque eram de uma raça humana específica: a branca, ariana ou caucasóide. Construía-se, assim, um determinismo biológico que já colocava como ponto de partida a

questão racial para o alcance da civilização. Ou seja, apresentava como natural a posição central desses países no capitalismo internacional. (AMORIM, 2013, p. 65).

Partindo desse ideal, os cientificistas brasileiros — observando o contexto populacional da época, em sua grande maioria negros escravizados e mestiços, sendo esses considerados os “atrasados” da sociedade — veem-se mais distante da tão idealizada modernidade; pois, segundo eles, para o Brasil chegar a essa modernidade seria necessária a civilização desse povo. Cabia, então, aos cientificistas da época projetar o país rumo a modernidade, e para isso o melhor caminho seria estabelecer o caráter civilizador para os negros e mestiços do Brasil.

De modo a deslegitimar esse idealismo das teorias raciais, que também fundamentava a escravidão, Maria Firmina dos Reis provoca o leitor a refletir sobre a injustiça dessa suposta hierarquia racial. Para tanto, a autora “ao adotar o discurso humanitário de pedir um pouco de humanidade e amor ao semelhante, coloca o escravo em pé de igualdade com os homens brancos” (SILVA, 2017, p. 45), e isso fica claro na relação entre Túlio e Tancredo.

Em contraponto ao jovem Túlio, a autora exibe um outro tipo de escravo, sendo Antero, para condenar o sistema escravocrata. Um escravo que, apesar do seu comportamento bondoso, entrega-se ao vício do alcoolismo, fugindo da idealização comportamental do cativo esperançoso perante o sistema escravista, indo de encontro à personalidade de Túlio. Essa característica de Antero deve-se ao modo com que o Comendador o tratava — assim como tratava os outros escravos da sua propriedade — em que a violência e os maus tratos eram recorrentes.

É nessa perspectiva que Maria Firmina mostra ao leitor que as divergências comportamentais dos escravizados eram constituídas a partir do modo desumano com que esses seres humanos eram tratados, e, para tanto, a melhor forma de tratamento seria pondo-os em um nível de igualdade, e essa só pode ser legitimada com a inexistência da escravidão.

Considerações Finais

Assim, podemos compreender que, através da *voz do outro*, Maria Firmina dos Reis firma um “tripé” antiescravista por meio das diferentes vozes dos escravizados, sendo: mãe Susana, inconformada com o processo brutal e desumano da escravidão ao qual estava sendo sujeita, bem como os demais africanos traficados das suas terras, e os seus descendentes; Antero, decepcionado com a sua condição de vida, que se entrega ao vício do álcool; e Túlio,

escravo visionário que, ao ser alforriado, acredita provar da liberdade que, de acordo com mãe Susana, é ilusória, tendo em vista suas vivências/liberdade em sua terra natal, na África.

Diante das razões literárias e sociais que invisibilizaram a obra de Maria Firmina dos Reis, os aspectos sociais se destacam mais que os literários, visto que a crítica literária do período não se detinha exclusivamente à questão da qualidade do texto literário para legitimação de uma boa obra. É visível em várias análises que sujeito autor e o lugar social ao qual ele veio e ocupa na sociedade é um fator preponderante para uma boa impressão da crítica literária do século XIX; essa formada por homens brancos e da alta classe social.

Maria Firmina dos Reis, diante às restrições e preconceitos da sua época — enquanto mulher e negra — funda, com o romance *Úrsula*, o que hoje é chamada de *literatura afro-brasileira*, desafiando o campo literário restrito do século XIX, e lançando-se à crítica literária (que tentou por vezes invisibilizá-la), bem como ao público leitor branco, difundindo a sua escrita e o seu discurso antiescravista.

Referências

AMORIM, Diego Uchoa de. *Teorias Raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia*. Niterói, RJ: Revista Cantareira, Ed. 19, v. 03, p. 62-78, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2014/11/e19a06.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei nº 10.639/03. São Carlos, SP: *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1525/502>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CÂNDIDO, Antônio. O Direito à Literatura. In: CÂNDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Afro-Brasileira. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres PUC Minas, 2009.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres PUC Minas, 2009.

SAFFIOTI, Heleirith Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Régia Agostinho da. Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista. São Luís: *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)*, v. 03, n. 2, p. 43-58, 2017. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/8137/5004>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravoty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.